

CONTRADIÇÕES, LUTAS E RESISTÊNCIAS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO PERIFÉRICO PAULISTANO

Karla Santos Moreira ¹
Priscilla Abrantes da Silva ²

RESUMO:

A respectiva escrita elenca algumas reflexões acerca dos diferentes processos que tensionam a produção de centralidades e periferias urbanas, através de exemplos observados na cidade de São Paulo. Cabe destacar que o debate que resultou neste texto foi constituído durante o transcorrer de uma disciplina ofertada pelo programa de pós-graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo, na modalidade de ensino EAD que, apesar de suas limitações e problemáticas, possibilitou a confluência de trocas, vivências, e reflexões entre discentes de diferentes regiões do país e de diversas áreas de pesquisa das Ciências Humanas. Este relato tem como recorte específico uma das aulas do curso intitulada “As centralidades periféricas e as formas de resistência-luta e contradições”, tendo o objetivo de colocar em debate o desenvolvimento de regiões periféricas através da construção de megaempreendimentos e de novas estações de trem/metrô, que resultou na expropriação direta ou indireta de comunidades de baixa renda, bem como na organização e instauração de políticas públicas voltadas para a urbanização de favelas e regularização fundiária que, apesar da resistência e luta dos moradores envolvidos, acabam engendradas na dinâmica de (re)produção capitalista do espaço.

Palavras-chave: Espaço; periferia; centralidades, regularização fundiária, expropriação.

CONTRADICTIONS, STRUGGLES AND RESISTANCE IN THE PRODUCTION OF PERIPHERAL URBAN SPACE IN PAULISTA

Abstract:

The respective writing lists some reflections on the different processes that tension the production of urban centralities and peripheries, through examples observed in the city of São

¹Tecnóloga em Gestão de Turismo pela Faculdade de Tecnologia de São Paulo e licenciada em Geografia pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). Email: karla.sanmo@gmail.com

²Especialista em Educação Básica e Mestre em Geografia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)Email: priscillabrant@gmail.com

AS CONTRADIÇÕES, LUTAS E RESISTÊNCIAS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO PERIFÉRICO



Paulo. It is worth noting that the debate that resulted in this text was constituted during the course of a discipline offered by the postgraduate program in Human Geography at the University of São Paulo, in the EAD teaching modality that, despite its limitations and problems, enabled the confluence of exchanges, experiences, and reflections among students from different regions of the country and from various areas of research in the Human Sciences. This report has as its specific cut one of the classes of the course entitled “The peripheral centralities and the forms of resistance-fight and contradictions”, having the objective of putting in debate the development of peripheral regions through the construction of mega-enterprises and new train / subway stations, which resulted in the direct or indirect expropriation of low-income communities, as well as the organization and establishment of public policies aimed at the urbanization of slums and land regularization that, despite the resistance and struggle of the residents involved, end up engendered in the dynamics of capitalist (re)production of space.

Keywords: Space; periphery; centralities, land regularization, expropriation.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente relato destaca alguns pontos importantes discutidos em uma aula da disciplina “A produção da periferia e a produção da vida na metrópole” ministrada no segundo semestre de 2021, na modalidade online, via plataforma Google Meet, pelos professores Glória da Anunciação Alves e Francisco Capuano Scarlato, ambos docentes do departamento de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo. O curso teve como objetivo empreender uma reflexão acerca dos diferentes processos socioespaciais que hodiernamente tensionam a dinâmica de ordenação de grandes centros urbanos. Debatendo as idiosincrasias que permeiam a formação de centralidades e periferias urbanas, a partir da perspectiva de hierarquização socioespacial. O curso foi composto por uma rica bibliografia que apresentou as diferentes concepções científicas que impactaram na forma como esses espaços foram abordados na academia ao longo dos anos, destacando as inúmeras contribuições e defasagens acerca do referido tema.

A aula em questão possuiu a temática: “As centralidades periféricas e as formas de resistência-luta e contradições”, tendo como base para as discussões, o artigo da professora Glória da Anunciação Alves (2018), que evidencia os efeitos da segregação socioespacial no processo de produção de centralidades periféricas urbanas paulistanas, e a tese de doutorado de Fabiana Valdoski Ribeiro (2012), que expõe os processos de luta e resistência pela segurança de posse à moradia e as contradições da regularização fundiária de interesse social no município de São Paulo.

Os processos que envolvem a produção de centralidades periféricas e do mesmo modo, a regularização fundiária de interesse social, estão engendrados em uma dinâmica de produção hegemônica capitalista da cidade e, por isso, trazem consigo conflitos e contradições à medida em que a função social de uso/apropriação do espaço urbano é convertida em ativo econômico, tornando-se uma ferramenta de apoio à manutenção e reprodução do capital, ampliando dessa forma a alienação entre os sujeitos e o espaço da cidade.

A forma como o capital se apropria do espaço para sua reprodução, se consolida como uma relação de dominação, onde os valores de troca se sobrepõem a outros elementos da cidade, a fim de ampliarem a sua atuação na dinâmica do mercado, em especial, do setor imobiliário. Mas essa relação de domínio que o capital estabelece, não ocorre sem que existam resistências. E é neste sentido, que os trabalhos de Ribeiro (2012) e Alves (2018) retratam as diferentes formas de organização das resistências periféricas e faveladas, que cotidianamente transgridem as estratégias arbitrárias de controle e segregação, a fim de garantir o mínimo de possibilidade de sobrevivência na/da cidade.

Apesar da bibliografia proposta ter como cerne o recorte geográfico da cidade de São Paulo, a intenção das discussões foi identificar semelhanças e disparidades no processo de produção do espaço urbano periférico nas diferentes regiões do país através do relato dos alunos, partindo dos exemplos citados, aproveitando a possibilidade de encontro proporcionado pela modalidade de ensino EAD.

A modalidade à distância, apesar das suas limitações, proporcionou nesse momento que alunos de outras universidades e de outros estados do país pudessem participar da disciplina no regime de alunos especiais para trazer suas contribuições a partir de suas realidades.

Assim, o objetivo deste artigo é trazer algumas das contradições que estão envolvidas tanto no processo de produção do espaço pelos agentes hegemônicos enquanto dominação, como nos processos de resistências enquanto potencialidades de apropriação e realização da vida, tendo como base as reflexões construídas pelas autoras supracitadas, e complementarmente, os relatos e experiências dos alunos compartilhados em aula.

SOBRE AS CONTRADIÇÕES, LUTAS E RESISTENCIAS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO PERIFERICO

O alvitre bibliográfico, promoveu um debate a respeito do desenvolvimento de centralidades periféricas, destacando os processos de lutas e resistências, diante do contexto da

AS CONTRADIÇÕES, LUTAS E RESISTÊNCIAS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO PERIFÉRICO



produção capitalista do espaço urbano, além de evidenciar as contradições que as estratégias de resistência acabam assumindo, justamente por conta da sua inserção nessa lógica de produção hegemônica.

Nesse sentido, a partir das reflexões construídas por Ribeiro (2012), que ressaltam os efeitos do processo de integração do espaço urbano periférico ao circuito mundial de reprodução do capital, identificamos como a garantia do direito básico à habitação é transformada em um atributo econômico útil para a expansão da rentabilidade capitalista, ao converter o acesso à moradia em um instrumento de especulação fundiária, impulsionando a segregação socioespacial³ e a mercadificação da vida nas periferias e centros urbanos

A autora indica que este processo histórico é conflituoso e constituído dialeticamente, tendo em sua origem um conjunto de contradições espaciais, que materializam os conflitos entre o valor de uso/ apropriação e valor de troca /expropriação-dominação da terra. Neste contexto, enquanto o valor de uso expressa a apropriação do espaço como uma condição ontológica que é necessária para a realização da existência humana, a relação de troca é mediada pela ótica do consumo e da especulação da terra, que cada vez mais torna-se privativa, sendo mediada por um movimento de expropriação de pessoas mais pobres e conseqüentemente do aprofundamento da precarização da vida⁴.

Ribeiro (2012), salienta que os elementos estruturais que conduzem atualmente a produção capitalista do espaço estão ancorados no papel que o Estado Neoliberal assume perante este processo, ao aprofundar o empobrecimento da maioria da população, dando origem a uma nova forma de pobreza, pautada na flexibilização do trabalho e na geração de subempregos, que ampliam a exploração dos mais ricos em detrimento dos mais pobres, irrompendo em crises espaciais cada vez mais duradouras e estruturais.

Nesta condição, a função das instâncias governamentais, que regulamentam a ação estatal é cooptada de sua atribuição originária. A atuação do Estado, torna-se cada vez mais racional, mediando os conflitos sociais com base em concepções jurídicas pautadas em uma natureza tecnicista e burocratizada, que se restringe ao plano econômico e desconsidera as subjetividades do plano do vivido. Os governos passam então a atuar como

³Pode-se trazer aqui, uma relação levantada em aula com a pesquisa de Alvarez (2013, p.111) que destaca que "a segregação constitui um dos fundamentos da produção do espaço urbano capitalista, e o urbanismo, uma medição para a sua reprodução".

⁴ Harvey (2017, p.20) ressalta que neste movimento do capital temos a "destruição do espaço, do lugar e da natureza".

instrumentalizadores do urbano, agindo em prol da manutenção das relações de mercantilização da terra, perpetuando dessa forma a segregação socioespacial.

Tal dinâmica, aprofunda as relações clientelistas entre o Estado e os movimentos sociais, ampliando os efeitos da produção de uma cidadania consentida, onde a garantia de direitos é concebida com um propósito de consumo, que intensifica a reprodução das desigualdades espaciais, visto que, progressivamente, os direitos tornam-se um conjunto de concessões restritas, que funcionam na prática para aqueles(as) que podem pagar. A autora ainda ressalta que nesta circunstância, a realização do ser cidadão passa a ser estabelecida como uma estratégia de reprodução da acumulação capitalista, deteriorando as relações solidárias⁵, retraindo as práticas espaciais de resistência.

Ademais, Ribeiro (2012) salienta que a cidadania consentida é figurada como um importante aparato de subordinação do espaço urbano ao capital, onde direitos básicos são mediados não mais pela busca da garantia de justiça social⁶, mas sim pela efetivação de práticas assistencialistas e clientelistas de um estado patrimonialista, que sustenta a superacumulação de riquezas para poucos. Neste cenário, as questões sociais e políticas são reduzidas a meros problemas técnicos, além de serem tratadas com base em um rigor autoritário e extremamente violento. Como exemplo, destacamos os processos de remoções estabelecidos na cidade do Rio de Janeiro, em que cerca de 70 mil pessoas foram removidas de suas casas, para a realização dos jogos pan-americanos (2009), da copa do mundo (2014) e das olimpíadas de 2016.

Segundo a autora, tais processos representam um refinado conjunto de estratégias, que atuam para a despolitização da luta social, fortalecendo a manutenção das relações espaciais capitalistas. Deste modo, a concretização de um Estado racional e burocrático, que delega uma falsa condição de cidadania (para as populações pobres) mediada pelo consumo, configura-se como um dos elementos ideais para a criação de espaços urbanos que são planejados e construídos com o propósito de expandir a rentabilidade do capital⁷.

⁵ Um exemplo de tal situação, é o relato do aluno Francisco, citado mais a frente (ver pág. 14 e 15)

⁶ É interessante ressaltar que existe uma diferença entre a justiça espacial e o direito à cidade. A justiça espacial, conforme explica Alves (2017, p.170), atua na minimização das desigualdades socioespaciais, sem que se atrapalhe a manutenção da reprodução do capital, enquanto o direito à cidade se trataria de uma outra possibilidade de cidade, com novas sociabilidades que não estivessem pautadas na reprodução de um sistema acumulador e desigual.

⁷ Também, como destaca Kowarick (2009, p.60), as lutas urbanas e os movimentos sociais acabam sendo submetidos a uma complexidade contraditória que é reflexo das relações de dominação. Essa complexidade se manifesta em situações onde o Estado favorece a acumulação do capital, investindo em projetos voltados às camadas mais abastadas, enquanto as classes trabalhadoras são excluídas, mas não inteiramente, do acesso aos bens de consumo coletivo. Os poucos avanços dos movimentos sociais, conquistados através de políticas públicas, acabam funcionando como uma oferta básica para a reprodução do capital, operando também para sustentar a imagem do Estado como um mediador dos interesses.

AS CONTRADIÇÕES, LUTAS E RESISTÊNCIAS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO PERIFÉRICO



Contudo, este processo dialético e contraditório, pode vir a ser superado a partir do enfrentamento produzido pelas ações de resistência, que são concebidas nas favelas e periferias por trabalhadores e trabalhadoras, que coletivamente produzem diferentes estratégias e práticas cotidianas, que subvertem os fundamentos da sociabilidade capitalista, denunciando a hierarquização dos lugares na cidade, confrontando as desigualdades espaciais e seus efeitos, produzindo espaços de conflitos.

Dessa forma, Ribeiro (2012) destaca que a ação de resistência é determinada como um processo socioespacial e político, que se constitui em torno do conflito gerado a partir das abstrações causadas pelas relações hegemônicas da sociabilidade capitalista. Instituído-se como uma prática do vivido, que se opõe e contradiz a reprodução da segregação socioespacial. Neste contexto, a cidade se constitui como um centro de transgressões, onde o ato de transgredir se materializa como um elemento cotidiano de sobrevivência ao conjunto de normas e coerções impostas, onde transgredir é resistir, subvertendo a ordem desigual estabelecida, visto que o movimento de resistência incorpora as transgressões diárias que são concebidas no espaço urbano.

Ao refletir sobre a produção deste processo, Ribeiro (2012) enfatiza algumas ideias acerca da resistência de sujeitos sociais no espaço urbano, sendo estas: 1) as ambiguidades e contradições que permeiam as relações capitalistas, que influenciam as diferentes formas de se resistir; 2) a mobilidade espacial, pois se locomover na cidade é uma prática que mobiliza a consciência para o reconhecimento das desigualdades; 3) a luta pelo acesso e permanência ao espaço, que promove o questionamento e a construção de estratégias que se opõem a distribuição desigual de riquezas e poder decisório; 4) a produção de espaços de conflitos, a partir da ação de resistência colocada em prática; 5) a noção de resistência atrelada ao vivido, que suscita a consciência dos processos espaciais, possibilitando a desconstrução das representações hegemônicas de poder, moldando o cotidiano de luta pelo espaço⁸.

A resistência produzida enquanto ação e prática espacial cotidiana, carrega em si as potencialidades de transformação e de mudança do processo de fragmentação do espaço da cidade, confrontando as lógicas de mercadificação e expropriação que estruturam as relações urbanas, visto que o espaço permanece sendo o lugar onde se realiza a vida e a luta.

⁸ Carlos (2017, 266) indica que mesmo diante de todas as estratégias de domínio no movimento de produção do espaço urbano capitalista, o *“cotidiano aponta para o fato de que o social não é redutível ao econômico, mas refere-se às relações dos indivíduos com o grupo e, deste, com a sociedade. Nesse sentido manifesta-se, também como o lugar do conflito entre o racional e o irracional, entre o efêmero e o que persiste”*.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE SOCIAL: HISTÓRICO E BALANÇO GERAL

A tese de Ribeiro (2012), dispõe o recorte de elucidação do histórico de lutas e dos enfrentamentos que perduram no processo de segurança à posse na cidade de São Paulo, onde foi possível evidenciar a Regularização Fundiária de Interesse Social, objeto de luta dos moradores da periferia paulistana, mas que paulatinamente, de acordo com os relatos expostos na tese, é cooptada ao longo do tempo por diversos atores hegemônicos.

Ainda assim, destacam-se alguns movimentos sociais como: o Movimento Unificado de Favelas e o Movimento de Defesa dos Favelados (MDF), que reivindicam a concessão do direito real de uso (CDRU) por 90 anos, sem nenhum tipo de oneração, além do usucapião urbano para as construções localizadas em áreas particulares. Cabe destacar que neste processo de luta, a seguridade de posse não previa somente o acesso e permanência à moradia, mas também a garantia de realização de um conjunto de infraestruturas urbanas necessárias para a vida na cidade. Tal questão foi levantada pelo MDF, que ressalta a importância de se urbanizar as favelas, para que com isso o imaginário social construído acerca destes espaços fosse modificado.

Deste modo, Ribeiro (2012) destaca que durante as décadas de 1980 e 1990 ocorreu na América Latina um rebuscado processo de desvirtuação da concepção de segurança à posse, promovido por diferentes instâncias governamentais, organismos multilaterais (primordialmente o Banco Mundial e a ONU Habitat) e esferas empresariais, que em conjunto estruturaram uma nova instrumentalização do espaço urbano, com foco na expansão da financeirização da terra, atrelando cada vez mais o direito à posse ao consumo, materializando o espaço urbano como um ativo econômico⁹. As consequências desta atuação para o Brasil são inúmeras, dentre as quais sobressaem-se: elevação brusca de preços dos imóveis, expulsão e remoção de moradores pobres, a dependência de créditos bancários e ampliação da dívida externa.

Posteriormente, a autora ressalta alguns marcos regulatórios concernentes à regularização fundiária de interesse social no Brasil, citando algumas conquistas produzidas a partir da luta de diversos movimentos sociais, com destaque para: os artigos 182 e 183 da

⁹ A professora Rosa Tello Robira, em artigo publicado em 2005, destaca que “o processo de acumulação capitalista se produz não só com base nas diferenças sociais e econômicas, mas por meio das diferenças territoriais” (Robira, 2005, p. 9). Neste sentido, a agenda de políticas construídas para a América Latina, por organismos multilaterais, induziram a produção de desigualdades territoriais entre os países do Sul e do Norte.

AS CONTRADIÇÕES, LUTAS E RESISTÊNCIAS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO PERIFÉRICO



Constituição Federal de 1988; a promulgação do Estatuto da Cidade em 2001 (que regulamenta os artigos supracitados anteriormente); a criação do Ministério das Cidades em 2003, que institui a Política de Regularização Fundiária em áreas urbanas; a Lei 11.977 de 2009 que ratifica o Programa Minha Casa Minha Vida e o Programa Papel Passado de 2013.

No entanto, Ribeiro (2012) evidencia os entraves estruturais acerca da produção de políticas públicas de regularização fundiária, destacando as estratégias de cooptação e esvaziamento das demandas populares, que produziu uma crise dos processos de resistências, resultando na despolitização dos movimentos sociais. Do mesmo modo, a autora acentua que tais políticas foram conduzidas de maneira lenta pelo poder público, por conta das contradições de uso/apropriação e troca/expropriação presentes na produção capitalista do espaço urbano.

Particularmente, no quadro de São Paulo evidenciado pela autora, houve um projeto que se desenvolveu dentro da gestão da prefeita Erundina (1989–1993) que foi o que mais se aproximou do que foi reivindicado por esses movimentos, sendo uma proposta não fundamentada na mercantilização da posse, reconhecendo a moradia como um direito. O projeto de lei 51/90 propunha a desafetação das áreas públicas, objetivando a concessão do uso pelo regime CDRU (concessão do direito real de uso) por interesse social em 135 áreas da cidade, com outorga não onerosa por um tempo de 90 anos. Apesar de tudo, o projeto proposto por essa gestão não foi aprovado, encontrando uma forte resistência do setor imobiliário que propunha em contra partida a remoção das favelas dessas áreas e sua devolução ao uso do domínio público (MARICATO, 1995 apud RIBEIRO, 2012, p.198).

Há na transição para a década de 90, mudanças nas concepções políticas e econômicas em escala global, sendo um momento revelador da redução de políticas de bem estar social e da priorização da reprodução do capital, tendo destaque o capital financeiro. Nesse momento, qual também aponta Alves (2018), os direitos conquistados pelos movimentos sociais ou são minados ou passam a ser cada vez mais mediados pelo mercado, logo, grande parte das políticas públicas voltadas para o urbano, se voltam para a transformação da cidade em mercadoria.

Em decorrência desse momento que nas gestões subsequentes mudam-se os critérios de seleção das áreas que participaram do processo de regularização. Os novos critérios possuíam um caráter ainda mais tecnicista, abarcando áreas menores e que já possuíam alguma infraestrutura. Nesse momento em que a institucionalização dessas pautas se consolidam de fato, marcando como traz Ribeiro (2012, p.211), "uma passagem para um contexto de despolitização das ações dos movimentos sociais dando à questão um caráter puramente técnico", que por sua vez, é usado também para afirmar a autoridade do Estado. Aprofundam-

se as relações clientelistas, em vista também da burocratização dos processos para a efetivação das políticas públicas¹⁰.

Como exemplo, Ribeiro (2012) menciona dois programas que foram desenvolvidos nesse período: o Programa Guarapiranga, financiado pelo Banco Mundial, buscou muito mais uma regularização urbanística - de certa forma, voltada para o embelezamento da cidade e introdução em um padrão de produção - do que a regularização fundiária; e o Projeto Cingapura, um programa de implantação de conjuntos habitacionais como meio de urbanização de favelas que ocupavam terrenos públicos. O que se percebe, que também é destacado pela referida autora, é que há muito mais uma preocupação com a produção de uma paisagem que possa valorizar o espaço e dinamizar o setor imobiliário, do que trazer às pessoas uma qualidade de vida.

Apesar da regularização fundiária de interesse social, ter sido pensada como um caminho para trazer a segurança da posse a quem precisava, o pós-regularização não se apresentou livre de problemas, não revelando muitos avanços. Em seu balanço geral, Ribeiro (2012) aponta que mesmo nas favelas que passaram pela regularização fundiária, ainda persistem situações controversas onde, por exemplo, apenas algumas residências tiveram sua situação regularizada, criando dentro da própria favela, uma condição de hierarquização.

Alguns projetos de urbanização de favelas também trazem algumas implicações, pois se tenta impor um padrão da cidade dita "formal" e, para a efetivação desses projetos de urbanização, moradores são despejados para a ampliação das ruas, ou pela conseqüente valorização da região, qual eles não conseguem mais pagar.

Por outro lado, a regularização fundiária de interesse social, permitiu aos moradores uma residência com a potencialidade de expansão e de melhoria, algo que não seria possível através dos programas de conjuntos habitacionais. A referida autora ressalta ainda que algumas práticas, como a transferência das moradias regularizadas através do aluguel ou da venda que se sucederam após a regularização podem ser interpretadas como transgressoras, pois ocorrem fora do mercado formal, e surgem como possibilidade da família ter a oportunidade de morar em bairros mais centrais.

¹⁰ Condição que vem a ser mencionada também nos relatos do professor Scarlato durante a discussão destes textos em aula, a qual citamos no capítulo posterior. (ver pág.14 e 15)

AS CONTRADIÇÕES, LUTAS E RESISTÊNCIAS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO PERIFÉRICO



Por conseguinte, a política de regularização fundiária de interesse social na cidade de São Paulo traduz os conflitos e as contradições da propriedade privada da terra¹¹. Uma vez que, funciona na prática como uma medida curativa, não situando as contradições espaciais que sustentam a desigualdade de acesso à terra no Brasil. Contudo, a sua existência representa um avanço na luta pelo acesso e permanência à moradia.

AS CENTRALIDADES PERIFERICAS E O DIREITO A CIDADE

De acordo com as reflexões desenvolvidas por Alves (2018), a centralidade aparece como um dos atributos do centro, que vem a ser entendido, não só dentro da academia mas de certa forma no cotidiano, como o local onde se concentram as atividades econômicas, sociais e políticas, estabelecendo-se como o lugar de realização da vida cidadã e da vida urbana¹².

O processo de concentração do centro também revela, de modo dialético, a precariedade legada às regiões periféricas¹³, onde muitos de seus moradores não possuem acesso, ou possuem um acesso precarizado aos seus serviços (podendo ter suas relações com o local reduzidas às relações de trabalho).

Alves (2018) destaca que a partir dos anos 70, surgem novas áreas de centralidade através de um processo de desvalorização do centro tradicional, e da valorização de outros locais da cidade onde foram incutidos elementos de centralidade. A valorização dessas áreas se dá através da articulação entre o Estado, que investe em equipamentos urbanos, e da atuação do mercado imobiliário, que encontra nesse movimento a oportunidade de promoção de outras

¹¹ Carlos (2017, p.162), enfatiza alguns dos efeitos da produção capitalista do urbano, nos indicando que: “A dinâmica urbana ganha um elevado grau de complexidade, a metrópole, o centro, o nó da rede se reproduz, reproduzindo, na escala local, a contradição do lugar e do mundial que se anuncia, contradição esta que se materializa nas novas formas da morfologia”.

¹² Em complemento, de acordo com Tourinho (2006, p.279), centro e centralidade são conceitos diferentes. O centro tradicional foi consolidado por volta dos anos 50 com a industrialização das cidades, através da concentração dos serviços necessários para a realização do dia a dia do trabalhador industrial (aparelhos de trabalho, lazer, saúde e educação). Apesar de ser carregado por elementos também simbólicos, é sobretudo físico. Por sua vez, a centralidade, como aponta Alves (2018) igualmente, é o atributo do centro, podendo ser produzida de modo artificial, “formadas por megaempreendimentos, reduzidos ao propósito da extração e injeção de riquezas, criando também a hierarquização e competição entre os espaços (principalmente entre outras áreas de centralidade)”.

¹³ Há aqui uma importante discussão abordada muitas vezes em aula, acerca da relação dicotômica entre centro e periferia e seus novos conteúdos. Em nossos diálogos promovidos em aula, questionamos a redução da periferia às áreas de pobreza e precariedade, entendendo que muitos bairros considerados periféricos podem não apresentar mais esse caráter de incompletude. Segundo o professor Martins (2002, p.79), os espaços periféricos são produto da especulação imobiliária e da intensa valorização das áreas centrais e dos bairros suburbanos, o que impossibilita muitos dos que não possuem condições monetárias a ter o acesso à moradia, e encontram uma possibilidade na autoconstrução. Entretanto, a periferia enquanto conceito pode aparecer como um instrumento de análise, que pode ocultar a diversidade de conteúdos que esta pode apresentar enquanto abstração e enquanto realidade.

localidades que apresentam maiores potencialidades de produtividade, uma forma encontrada para superar as crises de acumulação do capital. Dessa maneira, áreas que eram concebidas como desvalorizadas anteriormente, são reincorporadas ao setor imobiliário.

Porém, algo que não se pode deixar de mencionar, é que a construção desses novos espaços de centralidade, não ocorrem em espaços vazios, tratando-se, em muitos casos, de espaços ocupados por populações de baixa renda. Um dos exemplos mencionados por Alves (2018) refere-se a Operação Urbana Faria Lima que, para sua efetivação, culminou na desapropriação da antiga população que residia no local, que mesmo sendo proprietária de seus imóveis (o que revela uma situação em que nem mesmo a regularização fundiária pode assegurar o direito e a segurança da posse), acabaram perdendo seu direito à propriedade privada para a força de reprodução do capital. Diante disso, mesmo os que conseguiram permanecer em suas residências por meio da resistência e mobilização, acabaram perdendo suas relações socioespaciais anteriormente estabelecidas.

Até o final dos anos 90, o centro tradicional foi considerado como um local com a potencialidade do encontro e do consumo, e local privilegiado para a concentração da população para a reivindicação dos direitos políticos e sociais. Era um lugar para a realização da participação política, por conta da facilidade do acesso e da referência que era para a população. Atualmente, com o surgimento dessas novas centralidades, o centro histórico passou a ser considerado como degradado. A Av. Paulista, exemplificativamente, agora toma o local de centralidade simbólica e de lugar para a realização das manifestações sociais, revelando uma perda do caráter popular dessas manifestações.

Muitas dessas novas centralidades também irão se consolidar como Shoppings Centers, que passam a ser concebidos como o local do encontro, de lazer, e como realização do consumo, onde novos modelos de viver a cidade são estabelecidos, baseados no consumo, no controle dos corpos, na homogeneização das relações sociais e na imposição da forma, sinalizando também o que Lefebvre traz como a cotidianidade, o cotidiano programado¹⁴.

Alternativamente, as centralidades periféricas se constituíram através da construção de novos e grandes empreendimentos - como o caso da construção do Shopping em Itaquera - ou com auxílio da chegada do metrô nos bairros populares. As estações metroviárias proporcionaram um aumento do fluxo de pessoas que passavam por estas áreas, logo, uma nova demanda que abria a oportunidade para a instalação de pequenos e médios comércios.

¹⁴ Acerca desta questão, Carlos (2007, p. 265) ressalta que: "O cotidiano como produto e condição da reprodução das relações sociais, no mundo moderno, só se revela nos fragmentos da metrópole".

AS CONTRADIÇÕES, LUTAS E RESISTÊNCIAS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO PERIFÉRICO



De acordo com Alves (2018), ter acesso às centralidades também é parte do direito à cidade, assim, essa concentração de serviços pode, de certa forma, servir como alternativa para quem não possuía acesso às áreas de centralidade tradicionais, ou possuía um acesso insatisfatório. Mas mesmo as centralidades periféricas não estão resguardadas das contradições da produção capitalista do espaço pois, ao mesmo tempo em que possibilita a apropriação de um espaço de centralidade, o mercado imobiliário vê também uma oportunidade de valorização - com aumento dos preços de venda e aluguéis de terrenos e casas dessas regiões e chegada de empreendimentos voltados para classes com maior poder aquisitivo, e de sua inserção na lógica do mercado¹⁵.

PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E SUAS CONTRADIÇÕES: AS TROCAS DE EXPERIÊNCIAS DESENVOLVIDAS EM AULA

Ancorados nos textos de Ribeiro (2012) e Alves (2018) que foram apresentados, e que elucidaram situações de suas realidades na cidade de São Paulo, os/as colegas da turma apresentaram algumas experiências de suas realidades, que reafirmam as contradições que engendram a produção capitalista do espaço urbano.

Um dos primeiros apontamentos realizados foi o da aluna Juliana, moradora da cidade de São Paulo, que relatou uma situação vivida no lugar onde sua família reside. A discente, esclareceu que recentemente ocorreu uma mudança no traçado da linha Rosa do metrô paulistano, que até então passaria por bairros de classe média, contudo, sem nenhum tipo de aviso formal o traçado foi redirecionado para bairros mais populares, localizados na periferia. Juliana destaca que a mudança no traçado poderá implicar na remoção da Comunidade do Cruzeiroinho estabelecida há décadas na localidade, pois aparentemente o território onde a favela se concentra foi escolhido para a construção de uma das novas estações do metrô. Cabe enfatizar outro exemplo interessante destacado pela referida aluna, que consiste na existência de galpões industriais abandonados, próximos aos locais escolhidos para a construção da estação metroviária que poderiam ser utilizados para a construção da estação, sem haver a necessidade da expulsão da Comunidade do Cruzeiroinho. Contudo, parece haver uma tendência de utilização desses antigos espaços industriais em situação de desuso, para o uso de empresas privadas

¹⁵ Algo que também foi apontado por Volochko (2015, p.106), uma tendência a expansão dos investimentos em direção ao tecido urbano das periferias, onde parte dessa população é reintegrada ao novo cotidiano urbano "através do consumo, do endividamento, da financeirização e da institucionalização".

ligadas ao capital imobiliário, com a construção de prédios voltados para uma classe média, ou condomínios fechados.

Complementando o relato de Juliana, a professora Glória compartilhou outras situações, em que as linhas metroviárias planejadas para áreas centrais com moradores de maior poder aquisitivo, tiveram os seus traçados modificados após a manifestação da população local, que temiam o aumento do fluxo de pessoas de classes socioeconômicas mais baixas na região.

Em geral, nessas situações em que se torna evidente a futura desapropriação dos antigos moradores para a realização de obras públicas de infraestrutura, são construídas algumas estratégias com o intuito de dificultar o processo de permanência das pessoas, evitando que as mesmas tomem medidas para reverter a situação. Neste contexto, o Professor Francisco destaca o exemplo ocorrido em Vila Valqueire, localizada no distrito de Campo Limpo, na cidade de São Paulo, ressaltando que muitos projetos de intervenção urbanística só são divulgados para a população quando já estão prestes a iniciarem as obras. O docente ressalta ainda que a burocracia e a dificuldade de acesso às repartições públicas funcionam como obstáculos para o avanço das lutas sociais empreendidas por moradores de favelas e periferias.

Para além deste relatos, alguns colegas compartilharam as situações de suas referidas pesquisas, que também fazem parte de seus cotidianos de moradores da periferia. O aluno Danilo, destaca a intensificação do processo de gentrificação na cidade de Alfenas em Minas Gerais, ao mencionar como algumas populações mais pobres do bairro de Pinheirinho foram expulsas em decorrência das obras da nova perimetral, por meio do Programa Pró-Transportes. O processo iniciado no ano de 2020, mobilizou a atuação do capital imobiliário, que realizou uma série de investimentos em determinadas áreas, dando início a construção de novas centralidades, que tornam-se mais caras e valorizadas, expulsando as populações de baixa renda que ali moravam.

Em seguida, o aluno Francisco ressalta os conflitos existentes no processo de construção do Parque Lagoas do Norte, em Teresina no Piauí, em que populações de classe média que residiam próximo às obras, manifestaram o desejo de remoção de moradores mais pobres, para que estes não “atrapalhassem” a vista paisagística do parque.

Outra experiência pertinente, foi o da colega Daniela, que expôs um exemplo vivenciado em Brasilândia, na cidade de São Paulo, onde a construção de uma nova linha do metrô, promoveu um intenso processo de desocupação, no qual inicialmente foram ofertados aos moradores um percentual indenizatório com valores demasiadamente baixos, que inviabilizavam o recomeço de suas vidas em outras localidades. No caso em questão, um dos

AS CONTRADIÇÕES, LUTAS E RESISTÊNCIAS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO PERIFÉRICO



moradores que foi obrigado a sair de sua residência, onde morava há décadas, acabou falecendo. O contexto citado por Daniela, sinaliza a brutalidade da atuação do Estado nos processos de desocupação em áreas periféricas, que desconsidera todas as relações materiais e subjetivas estabelecidas cotidianamente no espaço urbano.

Nos exemplos evidenciados, observamos a questão dos discursos tecnocráticos que são introjetados nas políticas públicas direcionadas ao espaço urbano. Quanto a isto, Ribeiro (2012, p.232), frisa que no campo das ideias temos a produção de um "conjunto de álibis que favorecem uma abordagem do crescimento e do progresso", mas que na prática, tais instrumentos públicos funcionam como subterfúgios de expansão do capital imobiliário privado, ampliando os movimentos de segregação e gentrificação. Cabe ressaltar mais uma vez, que no processo em questão, a política pública é desvinculada de seu sentido originário, tornando-se um atributo útil para a manutenção das relações de mercado.

Neste processo de transformação da periferia em ativo econômico, o discurso ambiental é apropriado de forma diferente. Quando o foco é a favela, a ideia de preservação surge como uma justificativa relevante ao poder público para promoverem de forma arbitrária as desocupações e despejos. Contudo, quando tratam-se de empreendimentos imobiliários privados, o discurso que se estabelece é o de concessão e de minimização dos impactos ao meio ambiente. Esta característica de atuação das gestões públicas é pautada em uma perspectiva de gentrificação do espaço urbano, que induz a expulsão da população pobre das áreas de interesse do mercado imobiliário e financeiro, concebendo a cidade como uma mercadoria. Destaca-se ainda que tais espaços periféricos são muitas vezes idealizados pelo poder público como áreas de interesse especulativo, cuja a construção de obras, seguidamente da remoção de populações pobres trará o desenvolvimento e o bem estar para a sociedade local, sem incluir as contradições e os impactos gerados, principalmente para as populações economicamente menos favorecidas.

Desta forma, ambas as situações descritas pelos alunos Danilo e Francisco, envolvem a valorização do espaço urbano em áreas tidas como periféricas e desvalorizadas, o que traduz a relação contraditória das forças produtivas do capital no espaço urbano. No que diz respeito a este processo, Alves (2018, p.116) reforça que: “as áreas periféricas, aparentemente desvalorizadas se comparadas às áreas centrais, o são apenas momentaneamente, constituindo, segundo Tello Robira, espaços-reservas, isto é, espaços usados em momentos de crise de expansão e acumulação”.

Para além disto, a ideia de desenvolvimento regional, é algo que vem sendo fortemente difundido nos discursos tecnocráticos e autoritários, que estruturam a produção de alguns

projetos públicos. Um exemplo apontado pela professora Glória, foi a retirada de parte da verba que seria destinada à produção científica, para políticas de desenvolvimento regional. Este movimento seria uma estratégia de promoção dos poderes municipais e do fortalecimento dos laços clientelistas, por conta da verba para a realização das obras públicas serem mediadas por prefeitos e vereadores.

Neste mesmo contexto, baseando-se também no trabalho da professora Moysés, a Professora Glória destaca a diferença entre justiça social e direito à cidade, ao ressaltar que no processo de regularização fundiária do Programa Minha Casa e Minha Vida, que se estabeleceu dentro dos limites do capital, uma parcela da população de baixa renda conseguiu ter acesso à moradia e a um conjunto mínimo de infraestrutura básica para a sobrevivência, sendo beneficiadas de alguma forma por um tipo de justiça socioespacial, que é muito importante, mas que não traduz em sua totalidade a garantia do direito à cidade.

Nesse ínterim, a professora Glória ressalta as contradições que são inerentes às iniciativas de urbanização de favelas, citando o exemplo evidenciado na pesquisa de dissertação de Martins (2006)¹⁶, onde a autora relata a atuação do mercado imobiliário nos processos de intervenções urbanísticas públicas, salientando que apesar destas obras levarem para a periferia o mínimo de infraestrutura, e de acesso a serviços públicos, expressam em suas essências como a urbanização de áreas periféricas são rentáveis para a expansão das forças produtivas do capital.

Concomitantemente, a professora ainda aponta que mesmo diante de todas as contradições que permeiam as jurisdições brasileiras, a não existência da lei dificulta ainda mais o acesso à cidadania destacando que “A lei sozinha não garante, mas se ela não existir, impossibilita até mesmo alguns tipos de luta”. A título de exemplo, cita a questão da função social da propriedade, que existe somente na lei, mas que funciona como um elemento argumentativo legal para que movimentos sociais ocupem áreas sem uso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação na disciplina “A Produção da periferia e a produção da vida na metrópole” possibilitou acessar um importante espaço de reflexão, que promoveu diversos

¹⁶ Ver: MARTINS, F. E da S. Favela, que negócio é este? Um estudo sobre o projeto de urbanização da Favela do Jaguaré no contexto dos negócios urbanos e de sua reprodução crítica. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2006.

AS CONTRADIÇÕES, LUTAS E RESISTÊNCIAS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO PERIFÉRICO



debates acerca de questões que são intrínsecas às nossas vivências. A disciplina, por ter sido ofertada na modalidade online, possibilitou a confluência entre estudantes de diferentes estados brasileiros, que vivem realidades diversas. Nos encontramos em muitos dos relatos feitos por nossos(as) colegas de turma, o que demonstra que o processo de produção da periferia está atrelado não só a construção da identidade do que somos, mas também de onde viemos e para onde vamos. O que nos lembra um trecho da música Caminhos do Coração do Gonzaguinha (1982) onde ele cita que “é tão bonito quando a gente entende, que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá, e é tão bonito quando a gente sente, que nunca está sozinho por mais que pense estar”.

As bibliografias propostas na aula relatada, apesar de destacarem a cidade de São Paulo e suas contradições em situações específicas, trouxeram uma contextualização da formulação de políticas habitacionais e de regularização fundiária que envolvem agentes que atuam tanto na escala global, como nacional. Essa contextualização permite compreender outras realidades, de outras cidades e outros estados que, segundo vislumbramos através de alguns relatos, sofrem com os mesmos entraves entre a apropriação do espaço urbano e a expropriação através da imposição da rentabilidade da terra e da chegada de grandes empreendimentos imobiliários.

Um elemento importante, que ocorreu durante todo o curso, e não somente na aula referente a este relatório, foi a troca de experiências e informações com os colegas, onde percebermos as particularidades e semelhanças nos processos de produção socioespacial das periferias brasileiras, e as contradições que também são estruturalmente estabelecidas. Através das leituras e debates feitos em aula, percebemos como a produção da cidade está envolvida em movimentos controversos e dialéticos, que tensionam a nossa existência de diferentes formas: no imaginário construído acerca das pessoas e dos lugares, nos vínculos estabelecidos, nos espaços que transitamos e do mesmo modo nos ambientes que nos são negados e cerceados (materialmente e simbolicamente). Da mesma forma, as discussões em aula nos permitiu apreender os processos de resistência para além dos movimentos sociais institucionalizados, percebendo nas práticas cotidianas, em especial na periferia, sementes de resistência e de luta pelo acesso e permanência no espaço (à moradia, e ao acesso aos serviços básicos).

Por fim, o caminho percorrido nessa disciplina foi necessário para o entendimento das contradições engendradas no processo da produção capitalista do espaço, cuja complexidade se estende à dimensão do cotidiano, nos dando a possibilidade de pensarmos novos caminhos para atuar em sociedade, pensando e buscando transformações para os lugares onde vivemos. Neste processo, não se pode deixar de agradecer aos/às colegas de turma, e do mesmo modo à

professora Glória e ao professor Francisco, que trouxeram à tona importantes debates, sempre muito gentis e cordiais. A academia por tantas vezes é tão distante das práxis que construímos cotidianamente na periferia, que ao nos depararmos com as pessoas e as trocas propiciadas, foi uma grande alegria, um verdadeiro alento nestes tempos de pandemia.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, I. P. A segregação como conteúdo da produção do espaço. In: VASCONCELOS, P. A; CORRÊA, R. L; PINTAUDI, S. M. (orgs.). A cidade contemporânea, segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013. pp.111-126.

ALVES, G. A. Centralidades periféricas: da segregação socioespacial ao direito à cidade. In: CARLOS, A. F. A; SANTOS, C. S; ALVAREZ, I. P. Geografia urbana crítica: teoria e método. São Paulo: Contexto, 2018. pp.109-124.

ALVES, G. A. Privação, justiça espacial e direito à cidade. In: CARLOS, A. F. A; ALVES, G. A; PADUA, R. F. (orgs.). Justiça espacial e o direito à cidade. São Paulo; Editora Contexto, 2017.

CARLOS, A. F. A. Espaço tempo da vida cotidiana na metrópole. 2ª ed.revisada. São Paulo: Labur Edições, 2017, 317p. Disponível em: <<http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/388>>. Acesso em: 30 set 2021.

EDITORES, O. Espaço & debates 42 Periferia revisitada. Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, [S. l.], v. 11, p. 126-128, 2002. DOI: 10.11606/issn.2317-2762.v11i0p126-128. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/47668>>. Acesso em: 24 ago. 2021.

HARVEY, D. A Loucura da Razão Econômica Marx e o Capital no século XXI. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018. 224p.

KOWARICK, L. Escritos Urbanos. 2º Ed. São Paulo: Editora 34, 2009. 144p.

RIBEIRO, F. V. A luta pelo espaço: da segurança de posse à política de regularização fundiária de interesse social em São Paulo. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP), 2012. 349p. Disponível em:

AS CONTRADIÇÕES, LUTAS E RESISTÊNCIAS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO PERIFÉRICO



<<https://bv.fapesp.br/pt/dissertacoes-teses/81261/a-luta-pelo-espaco-da-seguranca-da-posse-a-politica-de-regu>>. Acesso em: 22 out 2021.

TOURINHO, A. de O. Centro e centralidade: uma questão recente. In: CARLOS, A. F. OLIVEIRA, A. U. de (orgs.). Geografia da metrópole. São Paulo: Contexto, 2006. pp.277-300.

VOLOCHKO, D. Nova produção das periferias urbanas e a reprodução do cotidiano. In: Carlos, A. F. A. (orgs.) Crise urbana. São Paulo: Contexto, 2015. pp.105-128.

Submetido : 13 Outubro de 2023

Publicado : 09 de janeiro de 2024